

Política e Sociabilidade no século XIX: as correspondências recebidas pelo Visconde de Pelotas

Guilherme de Mattos Gründling, UFRRJ¹

Resumo

A presente pesquisa tem por objetivo compreender as formas de inserção política e as estratégias articuladas pelo militar rio-grandense José Antônio Corrêa da Câmara (Visconde de Pelotas), no processo de ascensão à esfera política imperial. Para tanto, procura-se analisar as correspondências recebidas por ele entre 1870 e 1879.

Palavras-chave: Política; Sociabilidade; Correspondências; Século XIX.

Abstract

The present research aims to understand the political insertion ways and the strategies articulated by the military man, José Antônio Corrêa da Câmara (Visconde de Pelotas), from the province of Rio Grande do Sul, in his ascension on imperial politics. Therefore, one seeks to analyze the letters he received, from 1870 to 1879.

Keywords: Politics, Sociability, Letters, Nineteenth Century.

Introdução

Com o desfecho da Guerra do Paraguai (1864-1870), tanto o Estado brasileiro como as províncias imperiais transcorreram por um período de crise econômica e política. O contexto foi de grande insatisfação com relação a centralização administrativa e tributária do sistema imperial. As reivindicações das elites provinciais, aos poucos, promoveram o estabelecimento das primeiras manifestações contrárias à monarquia. A historiografia destaca que a situação desse período era de grande instabilidade política. Para Vitor Izecksohn:

A campanha de quatro anos e sete meses demonstrou a fragilidade da organização militar do império apesar da vitória das armas brasileiras e exasperou as relações entre o poder central e as esferas locais, criando embaraços nas relações entre o governo imperial e lideranças regionais. No plano político a guerra levou ao fim da experiência da Liga Progressista, coalizão de liberais e conservadores cuja a queda, ocasionada por intervenção do imperador, levou a redefinições do sistema partidário que modificaram a estrutura estabelecida nos anos 1840. Para a sociedade, a mobilização proporcionou alargamento dos contatos entre os habitantes e o poder central, embora sua crescente intromissão na vida das comunidades nem sempre tenha sido bem recebida. (IZECKSOHN, 2009, p. 418).

¹ Mestrando no Programa de Pós-Graduação em História (PPHR) da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), Linha de Pesquisa: Relações de Poder, Linguagens e História Intelectual. Bolsista CAPES. Orientado pela Prof. Dr^a. Adriana Barreto de Souza. Graduado no Curso de História (2015) - Licenciatura Plena e bacharelado na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Foi bolsista no Projeto de Pesquisa: Sociedade, Cultura e Política na História do Brasil - séculos XIX e XX. Coordenado pelo Prof. Dr. André A. Fertig.

Na província de São Pedro do Rio Grande do Sul, no entanto, o fim da Guerra do Paraguai e as décadas finais do Império, não resultaram apenas em crises. Ainda que os conflitos expusessem a província a situações de perigo, pois, “[...] durante as batalhas muitos estancieiros perderam famílias e trabalhadores e tiveram seus patrimônios saqueados”, a participação dos “[...] rio-grandenses na Guerra do Paraguai foi fundamental para o sucesso das batalhas e a coroa, sabedora disto, tratou de recompensar muitos deles.” (VARGAS, 2007, p. 192-193).

Nas tramas de relações políticas entre as províncias e o Estado imperial, o Rio Grande do Sul somente chegou a ocupar posição de maior destaque na última década do Império. A participação mais ativa dos sul-rio-grandenses na política imperial, especialmente tratando-se do acesso aos cargos políticos, alinha-se a certos fatores conjunturais, como as atuações desses indivíduos na Guerra do Paraguai. Ao contrário de outras províncias, como São Paulo e Minas Gerais, que apresentaram redução de seus representantes políticos nos anos finais do Império, a província rio-grandense passou a ocupar com maior frequência os cargos políticos² que emanavam da corte (VARGAS, 2007).

Os altos esforços empenhados por essa elite no conflito, em grande parte, foram recompensados pelo Estado Imperial através de títulos nobiliárquicos e de cargos político-administrativos. Após a Guerra do Paraguai, a Província de São Pedro do Rio Grande do Sul teve o maior número de ministros e senadores do que durante todo o período imperial. Além disso, quase 70% dos títulos nobiliárquicos recebidos por sul-rio-grandenses no período imperial foram concedidos após essa campanha no Paraguai. Dentre os indivíduos que foram contemplados, a maior parte havia participado diretamente nesse conflito (VARGAS, 2007, p. 12).

Dessa forma, se a Guerra do Paraguai contribuiu para o afastamento das elites de outras províncias imperiais do círculo político da corte, este mesmo conflito beneficiou muitos indivíduos da província de São Pedro do Rio Grande do Sul, uma vez que, além dos títulos nobiliárquicos, os cargos políticos também passaram a ser mais frequentes entre os sul-rio-grandenses nos últimos anos do Império. O papel determinante dos rio-grandenses na Guerra do Paraguai e o aumento da inserção desses indivíduos aos gabinetes e pastas do Império, após o desfecho desse conflito, propiciaram um melhor acesso aos mais variados

² Conforme Jonas Vargas, isso pode ser entendido como um processo de “[...] aumento no recrutamento de ministros de outras províncias, o que expressa a lenta transformação desta elite e o resultado das pressões regionais por demanda participativa [...]” (VARGAS, 2007, p. 61).

bens simbólicos e materiais que partiam do centro político do Império. Como salienta Jonas Vargas:

Em consequência disso, as elites da província conquistaram muitos dos tão cobiçados cargos na burocracia, vários títulos nobiliárquicos, diversos contratos públicos, além de uma rede social de maior importância. Portanto, ao comporem a elite política central, estes homens, que já eram bastante conhecidos e respeitados na sua província, viram as suas clientelas crescerem cada vez mais. A sua capacidade de fazer e encaminhar pedidos e conceder favores aumentou muito o seu poder. Nesse sentido, dentro do mundo da política, os ministros, os senadores e os deputados gerais ocupavam um papel central. (VARGAS, 2007, p. 12-13).

Em outras palavras, as principais recompensas concedidas pelo Império à província de São Pedro do Rio Grande do Sul foram destinadas aos líderes militares sul-rio-grandenses, portanto, esse conflito interferiu positivamente nas carreiras de alguns deles, como é o caso das carreiras de José Antônio Corrêa da Câmara e de Manuel Luís Osório.

Porém, antes de examinar o prestígio político desses chefes militares e a influência que estabeleceram nas dinâmicas políticas provinciais, é intenção desse artigo compreender, ainda que parcialmente, a formação de alianças políticas na província de São Pedro do Rio Grande do Sul, logo após o desfecho da Guerra do Paraguai. Também é objetivo desse artigo, salientar a importância da análise das correspondências enviadas ao militar e político José Antônio Corrêa da Câmara (Visconde de Pelotas), para a identificação da formação de alianças políticas. Ao se investigar tais dinâmicas políticas, o que se pretende destacar são as situações de influência, as alianças e os conflitos pessoais. Ou seja, aspectos informais que poderiam condicionar as disputas eleitorais e o complexo jogo político imperial, especialmente tratando-se de um contexto marcado pelo desfecho da Guerra do Paraguai e o retorno dos chefes militares à província de São Pedro do Rio Grande do Sul (MENEGAT, 2009; MARTINY, 2010).

Em 1º de março de 1870, quando as tropas comandadas pelo general José Antônio Corrêa da Câmara (2º Visconde de Pelotas), alcançaram e mataram Solano López, a Guerra do Paraguai oficialmente chegava ao fim. O desfecho em Cerro Corá, onde López foi derrotado, tornou-se fundamental para a futura trajetória de ascensão política de José Antônio Corrêa da Câmara. Não demoraram muitos dias para que as primeiras correspondências fossem enviadas do Paraguai às províncias do Império, noticiando o triunfo de Corrêa da Câmara às margens do rio Aquibadan e a vitória do Exército imperial brasileiro. Em 7 de Março de 1870, Câmara escrevia à esposa, Maria Rita Pinheiro Câmara, narrando o desfecho de Solano López e da Guerra.

Mil graças a Deus! Está finalmente terminada a guerra! No dia 1º deste mês, as 11 e meia horas da manhã surpreendi López no seu acampamento na serra de Maracaju, junto a um arroio chamado Aquidaban. [...] Tenho 70 e tantos oficiais prisioneiros, [...] Salvamos a mãe de López e duas irmãs³, que estavam com ordem de serem mortas, e que só devem a salvação à prontidão com que ataquei. Linch e quatro filhos estão também em nosso poder, tendo morrido o mais velho, que era coronel, [...] López estava ferido quando o encontrei [...] Falei-lhe intimando que me entregasse a espada, considerando-me seu prisioneiro, e que lhe estava garantida a vida; a resposta que me deu foi ameaçar-me com a espada dizendo-me: ‘Não lhe entrego a minha espada; morro com a minha espada e pela minha pátria’ (CÂMARA, 1970, p. 421).

A notícia do fim do conflito havia chegado nas províncias do Império e, com isso, José Antônio Corrêa da Câmara passou a receber um grandioso número de correspondências. Dentre os principais remetentes estavam políticos, militares, parentes e correligionários. Para melhor exemplificar o fluxo de correspondências recebidas pelo Visconde de Pelotas durante essa fase, expomos na tabela a seguir, os seus principais correspondentes, entre 1870-1879.

Remetente	Número de Missivas	Porcentagem
Manuel Luís Osório	84	28,0 %
Visconde do Rio Branco	41	13,7 %
Gaspar Silveira Martins	28	9,3 %
Duque de Caxias	7	2,3
Outros Correspondentes (76 Indivíduos)	139	46,5 %
Total de Missivas	299	100,0 %

Quadro 1: Correspondências recebidas por José Antônio Corrêa da Câmara - Fundo General Câmara do (IHGRS), entre os anos de 1869-1879.

Através desse quadro, pode-se observar o grande fluxo de cartas recebidas por Corrêa da Câmara, durante o período imediatamente posterior à Guerra do Paraguai. Desse modo, passa a receber constantes correspondências de membros do Partido Liberal. Além das relações mantidas com indivíduos do Partido Liberal, Corrêa da Câmara, como um sujeito que buscava seu espaço dentro do cenário político, após anos envolvidos no conflito em terras paraguaias, encontrava a oportunidade de fortalecer seus laços de sociabilidade e de alinhar compromissos ou intenções políticas futuras, reassegurando a boa convivência com indivíduos pertencentes a sua sociabilidade.

³ Segundo Francisco Pinheiro Guimarães Filho, o General Câmara teve uma filha com uma das irmãs de Solano López, Inocência López. Ver: GUIMARÃES FILHO, Francisco Pinheiro. **Um voluntário da pátria**: folha de serviços prestados pelo general dr. Francisco Pinheiro Guimarães às classes armadas. Rio de Janeiro: José Olympio, 1958.

A exemplo disso, destacam-se os seguintes convites recebidos por Corrêa da Câmara e remetidos, respectivamente, por José Maria da Silva Paranhos (Visconde do Rio Branco), Luís Alves de Lima e Silva (Duque de Caxias):

O Conselheiro J.M. da Silva Paranhos tem a honra de cumprimentar a V.Ex^a. O Senhor Marechal Visconde de Pelotas e pedir-lhe o favor de sua companhia amanhã as 4 horas da tarde para um jantar de amigos (30/07/1870 - Assunção - IHGRS, Fundo General Câmara, Correspondência recebida).⁴

Espero que no domingo próximo do corrente seja o dia que V.Ex^a. destine para jantar comigo. Não pretendo convidar se não 3 dos nossos companheiros da última campanha que pertenceram ao meu Quartel General a fim de podermos em família nos recordar de nossos passados trabalhos [...] (28/10/1870 - Andaraí - IHGRS, Fundo General Câmara, Correspondência recebida).⁵

Ao destacar os momentos de aproximação entre os indivíduos e/ou grupos no século XIX, o historiador busca se aproximar de situações de influência, de elementos que condicionavam as disputas eleitorais e, claro, dos vínculos e alinhamentos políticos. Tais questões, relacionadas às atuações das elites políticas e militares, podem estar expressas nas correspondências trocadas entre os indivíduos no século XIX. Dessa forma, o historiador através da análise de correspondências busca visualizar diálogos e aproximações que, em grande parte, podem evidenciar os vínculos sociais e as estratégias políticas constituídas de maneira relacional entre os indivíduos. Ou seja, as correspondências permitem a reconstrução de laços relacionais que envolvem remetente e destinatário e, assim, conferem a ele, a possibilidade de “[...] analisar o entremeado social com base nas ‘trocas’ entre atores de diferentes estratos (e status) sociais.” (MUGGE, 2013, p. 9).

Todavia, é interessante ressaltar que existe atualmente um número considerável de estudos sobre correspondências. As correspondências de políticos, por exemplo, já serviram como fonte documental de diversas obras historiográficas. Portanto, torna-se necessário esclarecer que os procedimentos metodológicos a serem adotados para abordar essas fontes variam de acordo com as premissas teóricas norteadoras de cada pesquisa (GOMES, 2005; LEMOS, 2004).

O presente trabalho de pesquisa está inserido na perspectiva da história política. Uma história política que no final do século XX passou por mudança de perspectivas analíticas, uma vez que se ampliou o olhar para o conceito de política. Esse conceito passou a ser

⁴ IHGRS, Fundo General Câmara, Correspondência recebida.

⁵ IHGRS, Fundo General Câmara, Correspondência recebida.

compreendido através de relações de poder e de laços interpessoais que podem acontecer em diferentes espaços sociais, não mais resumindo o seu entendimento às práticas políticas ligadas à esfera institucional de poder (REMOND, 1996).

No trabalho de investigação sobre a trajetória do político sul-rio-grandense Gaspar Silveira Martins, Mônica Rossato considera que

[...] a renovação da história política permitiu a ampliação do conceito de poder, que passou a ser percebido nas relações sociais, nas relações familiares, econômicas, partidárias, de amizade, entre outras, onde todas essas relações são compreendidas aqui como relações de poder. (ROSSATO, 2014, p. 27).

Portanto, diferentemente da história política tradicional, a historiografia recente tem demonstrado possibilidades de abordagem da história política do cotidiano. Ou seja, das práticas sociais e de suas relações com diferentes comportamentos dos indivíduos, em contextos e cenários sociais variados. Ao pensarmos nas estratégias políticas e nos vínculos estabelecidos entre a elite política sul-rio-grandense no século XIX, estamos considerando política, não apenas os trâmites institucionais, mas sim, as relações de poder estabelecidas através de práticas de interações sociais entre os indivíduos, assim como as diferentes formas de exercício do poder (MUGGE, 2012).

A prática de trocar correspondências tornou-se um hábito, uma prática cultural de extrema relevância ao longo do século XIX. Atualmente, entendidas não apenas como objeto de aproximação entre os atores históricos, as correspondências desnudam características, posturas e interpretações de seus remetentes, muitas vezes, não observadas pelos historiadores ao trabalharem com outras fontes documentais. Nesse sentido, lembra-se de que a sociedade brasileira, já no início do século XIX, acostumou-se com a ampliação dos espaços de interação e de diálogo, favorecendo, em certa medida, a sociabilização (BARBOSA, 2009; COMISSOLI, 2011).

Dessa maneira, ressalta-se a importância de locais e de situações que, aparentemente, não seriam associadas ao debate ou ao arranjo político oitocentista, mas que promoviam encontros e alinhamentos políticos. Por essa razão, Jonas Vargas destaca que:

Os salões e os bailes, por exemplo, também serviam como local de grandes debates intelectuais e políticos e eram mantidos e frequentados pelas mesmas elites que residiam na Corte. Além disso, os encontros nas confeitarias e nos teatros somavam-se ao itinerário destas famílias e eram igualmente fundamentais no processo de socialização destes grupos, ajudando a reproduzir a própria hierarquia social no Brasil oitocentista. (VARGAS, 2008, p. 1-2).

Diante do exposto, as correspondências “revelam a dinâmica social que era construída na política imperial, relações onde estavam em jogo, cargos, apoio eleitoral, votos e interesses específicos dos envolvidos”. Questões que estão relacionadas às atuações desses indivíduos, que poderiam acontecer em diferentes espaços e situações, como em jantares, em recepções e em encontros particulares. Entretanto, tratando-se de assuntos estratégicos, em caso de distanciamento entre as partes envolvidas, davam-se, principalmente, por meio de diálogos epistolares (ROSSATO, 2014, p. 106).

A historiografia brasileira acostumou-se a compreender a política do século XIX por meio de acordos tradicionais, definidos e articulados em espaços institucionais de poder. Isso promoveu uma interpretação restrita a respeito do papel das elites regionais na política imperial. A partir dos anos 2000, a historiografia procurou ampliar as pesquisas acerca do papel das elites provinciais e locais no processo de formação e de consolidação do Estado Imperial. Essa renovação buscava incluir em suas análises diferentes formas de atuação e de negociação política das elites. Para isso, a historiografia passou a valorizar fontes e objetos de pesquisa que privilegiam a compreensão dos laços sociais, das estratégias familiares, das alianças políticas, dos vínculos sociais e relacionais das elites no século XIX que, muitas vezes, eram reforçados através das relações constituídas nos meios sociais nos quais esses indivíduos circulavam (COMISSOLI, 2011).

Nessa perspectiva, o principal correspondente de José Antônio Corrêa da Câmara entre 1870-1879, foi Manuel Luís Osório, seu parceiro de farda e correligionário político. Osório construiu grande influência em assuntos políticos e militares da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, apesar de ter sido nomeado para o Senado apenas em 1877, desde o fim da Revolução Farroupilha, em 1845, já havia consolidado forte influência sobre boa parte das localidades sul-rio-grandenses. E, sendo homem de sua confiança, Corrêa da Câmara alcançou cargos políticos importantes no governo imperial, tendo sido Ministro da Guerra e Senador, entre 1880-1889 (OSÓRIO, 1894).

A ascensão política de Corrêa da Câmara, após seu retorno da Guerra do Paraguai, levou-o a ocupar posição de liderança e de prestígio na sociedade política local e no Partido Liberal. Esta pesquisa enfoca, assim, o processo de inserção política desse indivíduo, José Antônio Corrêa da Câmara, na política nacional nas décadas finais do Império, por meio do estudo de suas correspondências pessoais, com o também militar e político, Manuel Luís Osório.

Esses indivíduos, Corrêa da Câmara e Osório, ocuparam posição privilegiada numa sociedade em que os conflitos se tornam quase que constantes e em que as lideranças militares passaram a ocupar posição central. Nessa perspectiva, José Antônio Corrêa da Câmara e Manuel Luís Osório são considerados, especialmente após atuarem na Guerra do Paraguai, sujeitos reverenciados e de prestígio na sociedade rio-grandense, membros da elite militar, política e nobiliárquica de uma província fronteiriça do sul do Império. Sendo assim, busca-se a compreensão desses indivíduos e das formas como se utilizam do prestígio e do “cabedal militar”⁶ que dispunham, também nos assuntos da política (FARINATTI, 2007, p. 397).

Em seus diálogos epistolares, quase sempre tratando de assuntos políticos, indicam uma considerável troca de informações que, se não pressupõem um nível de intimidade maior, no mínimo, indicam uma certa coesão de interesses entre esses indivíduos. Na missiva do dia 12 de Janeiro de 1871, Osório ressaltava o êxito do Partido Liberal em algumas localidades, deixando claro o amplo envolvimento de Corrêa da Câmara naquelas eleições: “Os nossos amigos do município de Jaguarão, vencerão as eleições ali na cidade, no Herval e Arroio-grande e por isso o felicito.” (12/01/1871 - IHGRS, Fundo General Câmara, Correspondência recebida).⁷

Essa correspondência, em certa medida, também reflete a própria ascensão do Partido Liberal a partir de 1870, aproveitando os conflitos internos do Partido Conservador na província de São Pedro. Tais conflitos refletiram-se na estruturação de dois grupos dentro do Partido Conservador, “os ‘lobos’, conservadores ‘puros’ e os ‘cordeiros’, ex-progressistas” (PICCOLO, 1991, p. 57).

Em resumo, os problemas internos do Partido Conservador, assim como os insucessos que levaram a mudanças na Câmara dos Deputados, por decreto imperial do dia 22 de Maio de 1872, viravam assunto também entre os chefes do Partido Liberal, como fica claro na seguinte missiva do dia 23 de Maio de 1872, remetida por Osório a Corrêa da Câmara:

As manadas de lobos e cordeiros se tem achado em perfeita guerra: pelo incluso telegrama verás, que os filhos da polícia, com o título de representantes da Nação, foram esparramados na Côrte. Além do telegrama da dissolução da Câmara dos Deputados, nada mais se sabe; nem a causa que o fez esparramar os rebanhos. Sempre às suas ordens para seu serviço achara-me (Pelotas – 23/05/1872 - IHGRS, Fundo General Câmara, Correspondência recebida).⁸

⁶ Conforme Farinatti, tem-se por cabedal militar as formas de atuação e de prestígio social que proporcionavam aos comandantes militares a autonomia, ainda que reduzida, com relação ao poder central.

⁷ IHGRS, Fundo General Câmara, Correspondência recebida.

⁸ IHGRS, Fundo General Câmara, Correspondência recebida.

A busca por um lugar no estreito cenário político do século XIX por membros da elite, de certo modo, não significava apenas o simples desejo e a necessidade de representação com relação ao governo imperial. Pelo contrário, simbolizava a “[...] expectativa dos seus familiares, das suas clientelas e dos seus eleitores e aliados políticos” pela diminuição da amplitude existente entre as suas localidades e a Corte (VARGAS, 2008, p. 46).

Em missiva do dia 12 de Janeiro de 1872, da cidade de Pelotas, Osório demonstrava preocupação com os alinhamentos políticos da província: “Diga-me francamente se lhe parece que devemos ou não tratar de eleições futuras e que providências tem tomado a respeito o centro liberal de Porto Alegre” (IHGRS, Fundo General Câmara, Correspondência recebida).⁹

Desse modo, como salientado por Jonas Vargas, as redes de sociabilidades uniam-se com o objetivo de elevar membros de sua convivência ao cenário político. Tal conquista, lhes concederia “[...] acesso mais qualificado ao núcleo político do Império e lhes conferia o poder de captar recursos materiais (terras, escravos, animais, cargos, dinheiro) e imateriais (títulos, favores e prestígio social) para as suas províncias.” (VARGAS, 2008, p. 46).

A prática epistolar, nessa perspectiva, anuncia a própria dinâmica de transformações que ocorre no transcorrer das trajetórias pessoais, as diferentes facetas que são assumidas ao longo da vida de um indivíduo pertencente ao seu tempo histórico, dividido entre os espaços de trabalho e de sociabilidade. Dessa forma, como indicado por Gomes, o estudo de cartas pessoais, de caráter íntimo, como o próprio título indica, expressam relações diversas, muitas vezes, carregadas de desejos e de interesses prévios, dispostos de forma intrínseca nos documentos (GOMES, 2004, p. 14).

Nessa alçada, entende-se que as correspondências do Visconde de Pelotas, em grande medida, representam um bom aporte documental para a análise de suas relações. Além disso, a dinâmica das relações interpessoais constituídas e mantidas ao longo do século XIX, entre membros da elite, podem ser melhor visualizadas por meio do estudo das correspondências.

A província de São Pedro do Rio Grande do Sul no século XIX conviveu com um cenário de constantes conflitos internos e de diferentes guerras em contexto platino. As guerras faziam nascer e consolidavam fortes lideranças na província. Na Guerra do Paraguai não foi diferente. As disputas que marcam esse espaço fronteiriço e belicoso cujos limites políticos ainda estavam sendo definidos fizeram parte da formação dessa província. De acordo com André Fertig, isso evidencia o “caráter militar do Rio Grande do Sul” e resultou no aparecimento ou “na emergência de chefes militares poderosos [...]” (FERTIG, 2001, p. 2).

⁹ IHGRS, Fundo General Câmara, Correspondência recebida.

Conforme Paulo Moreira, o Rio Grande do Sul era no século XIX uma “província fronteiriça cuja história se confunde com as lutas com países estrangeiros, tendo como uma de suas características principais a forte militarização da sociedade, a farda de oficial do exército não desmerecia seu portador”. Ao contrário disso, a farda do exército na província rio-grandense poderia significar distinção social e um “considerável poder” (MOREIRA, 2004, p. 150).

Os chefes militares rio-grandenses que atuaram na Guerra do Paraguai, ao retornarem do conflito, viram crescer o já elevado prestígio militar e a grande influência social que exerciam na província de São Pedro do Rio Grande do Sul. Buscar compreender o prestígio político que os militares sul-rio-grandenses representavam na província, principalmente após o desfecho da Guerra do Paraguai, não significa que se esteja pensando a unicidade desse grupo. A dificuldade de explorar aspectos comuns ou de atribuir certo perfil às trajetórias de oficiais do exército no século XIX foi ressaltado por Adriana Barreto de Souza. A autora propôs a compreensão do espaço ocupado pelo exército na política de consolidação do Estado Imperial e percebeu que a ausência de uma formação burocrática mais rígida aos oficiais do Exército teve, como consequência, a formação de um grupo bastante “heterogêneo” (SOUZA, 2009, p. 90).

O restrito acesso aos conhecimentos técnicos e específicos da área militar promovia o estabelecimento de variados caminhos que levavam à obtenção de uma alta patente do exército. Para Souza:

O único ponto comum ao grupo era a dependência da Coroa, que detinha o monopólio das patentes militares, podendo regular sua distribuição tal como fazia com outros bens simbólicos. Dada essa ausência de uma formação burocrática mais complexa e impessoal, o nível de formalização das trajetórias dos oficiais militares era baixo. Para se obter uma patente de general, havia vários caminhos possíveis, alguns dos quais sequer exigiam do pretendente experiência institucional, o que explica, por exemplo, um fenômeno comum até a década de 1850: a presença de homens de carreira notadamente política em postos de comando do Exército, distinguidos com altas patentes militares. (SOUZA, 2009, p. 91).

No caso de Osório e de Corrêa da Câmara, manter-se ao lado do Império foi um fator preponderante em suas trajetórias como chefes militares. Após anos envolvidos em conflitos, o passado legalista ajudava na construção da imagem desses indivíduos como defensores dos interesses imperiais. A lealdade à coroa teve ótimos desdobramentos: ambos alcançaram o posto de marechal do Exército, além de terem sido agraciados com títulos nobiliárquicos e com o acesso ao restrito mundo da política imperial.

Nesse sentido, pode-se inferir que, em uma província que se envolveu em diferentes guerras, os militares ocupavam posição-chave e a turbulenta situação da região platina, muitas vezes, garantia a manutenção do prestígio social dos chefes militares da província. Além disso:

Eles seguiam sendo os principais responsáveis por conseguir homens, cavalos, suprimentos e alianças políticas, que eram os fatores indispensáveis para a guerra no sul. Eles tinham, a seu favor, as relações que haviam estabelecido com outros chefes militares da própria província e além fronteiras; a experiência no tipo de guerra praticado naquelas plagas; o conhecimento do território e dos negócios na fronteira. Como já foi dito, esses fatores, somados ao prestígio como guerreiros eficientes, formavam um cabedal militar que lhes colocava em posição de serem úteis para o governo central. (FARINATTI, 2007, p. 187).

Dessa forma, sendo úteis aos interesses do governo central, a campanha no Paraguai também serviu para enobrecer uma série de militares e guerreiros da província sul-rio-grandense. Os resultados obtidos pelos líderes nos campos de batalha, foram premiados através de promoções, títulos e crescimento do prestígio junto a seus comandados. No Rio Grande do Sul, os méritos militares, desde o início até o fim do Estado Imperial sintetiza certo padrão à nobreza sul-rio-grandense, marcada pelo militarismo como decorrência dos constantes conflitos militares da região. Bons exemplos disso são as trajetórias de Corrêa da Câmara e Osório, que foram nobilitados durante a campanha no Paraguai. A remuneração simbólica reconhecia a posição social de liderança constituída por esses indivíduos que foram veteranos de conflitos platinos, legalistas durante a Revolução Farroupilha e “heróis” da Guerra do Paraguai.

Os títulos que receberam da Corte buscavam recompensar os sucessos obtidos por eles nos campos de batalha. Após o reconhecimento da coroa, o Marquês do Herval e o Visconde de Pelotas passaram a conduzir suas atenções às disputas políticas na província de São Pedro do Rio Grande do Sul. Sendo assim, depois de um longo período atuando em conflitos bélicos, organizando tropas e estratégias militares, esses indivíduos se tornaram importantes para a corte do Rio de Janeiro, o que possibilitou a ampliação de seus vínculos sociais e de seus respectivos núcleos de sociabilidade, dentro e fora de suas localidades, levando-os a ingressar nos círculos mais restritos da política imperial.

Fontes utilizadas

OSÓRIO, Fernando Luís. **História do General Osório**. Rio de Janeiro: Typografia de G. Leuzinger & Filhos, 1º volume, 1894.

OSÓRIO, Luís Joaquim e OSÓRIO, Fernando Luís. **História do General Osório**. Pelotas: Typografia do Diário Popular, 2º volume, 1915.

CAMARA, Rinaldo Pereira da. **Marechal Câmara: Reflexões Introdutórias a sua Biografia (v.1)**. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1964.

CAMARA, Rinaldo Pereira da. **Marechal Câmara: sua vida militar (v. 2)**. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1970.

CAMARA, Rinaldo Pereira da. **Marechal Câmara: sua vida política (v. 3)**. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1979.

Fundo General Câmara. **Correspondências recebidas por José Antônio Corrêa da Câmara**. Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul.

Referências Bibliográficas

BARBOSA, Carla Adriana da Silva. **A casa e suas virtudes: Relações familiares e a elite farroupilha (1835-1845)**. Dissertação (Mestrado em História), Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2009.

COMISSOLI, Adriano. **A serviço de Sua Majestade: administração, elite e poderes no extremo meridional brasileiro (1808c. - 1831c.)**. Tese (Doutorado em História), Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

FARINATTI, Luis Augusto. **Confins Meridionais: famílias de elite e sociedade na fronteira sul do Brasil (1825-1865)**. Tese (Doutorado em História), Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

FERTIG, André. A Guarda Nacional e as relações entre os poderes central e local na província do Rio Grande do Sul no Século XIX. **CLIO - Revista de Pesquisa Histórica**. 2001.

GOMES, Angela Maria de Castro (Org.). **Escrita de si, escrita da história**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2004.

GOMES, Angela Maria de Castro (Org.). **Em família: a correspondência de Oliveira Lima e Gilberto Freyre**. Campinas: Mercado das Letras, 2005.

IZECKSOHN, Vitor. A Guerra do Paraguai. In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo (Org.). **O Brasil Imperial (1831-1889). Vol. II**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

LEMONS, Renato. **Bem traçadas linhas: a história do Brasil em cartas pessoais**. Rio de Janeiro: Bom Texto, 2004.

MARTINY, Carina. **“Os seus serviços públicos e políticos estão de certo modo ligados à prosperidade do município”**. Constituindo redes e consolidando o poder: uma elite política

local (São Sebastião do Caí, 1875-1900). Dissertação (Mestrado em História), Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2010.

MENEGAT, Carla. **O tramado, a pena e as tropas: família, política e negócios do casal Domingos José de Almeida e Bernardina Rodrigues Barcellos** (Rio Grande de São Pedro, Século XIX). Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

MOREIRA, Paulo Roberto Staudt. Inquéritos Disciplinares e Fés-de-Ofício: fontes documentais para a análise do comportamento estudantil da mocidade militar no final do Império (Escola Militar/RS). **Métis (UCS)**, Caxias do Sul, v. 1, n. 1, 2004.

MUGGE, Miquéias Henrique. **Eles estão prontos a contribuir: guardas nacionais, hierarquias sociais e cidadania na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul – segunda metade do século XIX**. Dissertação (Mestrado em História), Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2012.

MUGGE, Miquéias Henrique. A elite da Guerra – comandantes superiores da Guarda Nacional do Brasil meridional: dinâmicas relacionais (1850-1873). **XIV Jornadas Interescuelas/Departamentos de Historia**. Departamento de Historia de la Facultad de Filosofía y Letras. Mendoza: Universidad Nacional de Cuyo, 2013.

PICCOLO, Helga Iracema Landgraf. **A política Rio-Grandense no II Império (1868-1889)**. Porto Alegre: UFRGS, 1991.

REMOND, René (org.). **Por uma história política**. Rio de Janeiro, Ed. FGV, Ed. UFRJ, 1996.

ROSSATO, Monica. **Relações de poder na região fronteira platina: família, trajetória e atuação política de Gaspar Silveira Martins**. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2014.

SOUZA, Adriana Barreto de. Experiência, configuração e ação política: uma reflexão sobre as trajetórias do duque de Caxias e do general Osório. **Topoi**, v. 10, n. 19, jul.-dez. 2009.

VARGAS, Jonas Moreira. **Entre a Paróquia e a Corte: uma análise da elite política do Rio Grande do Sul (1868 – 1889)**. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

VARGAS, Jonas Moreira. “O círculo dos Grandes”. Os mediadores políticos e as famílias de elite no Rio Grande do Sul (1868-1889). In: MILDNER, Saul Eduardo Seiguer. (org.). **Recortes da História Brasileira**. Porto Alegre: Martins Livreiro-Editor, 2008.